







Amargosa - 2023

 <p>PPGEDUCAMPO Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo / UFRB Mestrado Profissional em Educação do Campo</p>  <p>CFP CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p>	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA Centro de Formação de Professores - CFP Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo Site: https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/ E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br</p>	 <p>UFBA Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</p>  <p>PPGCI Pós-Graduação em Pesquisa, Pós-Graduação, Citação e Inovação do UFRB</p>
--	---	--

ATA DA DEFESA DO TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO DO MESTRANDO **FELIPE SENA E SILVA** NO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas, reuniram-se em sessão remota a Comissão Avaliadora composta pelos Professores: Doutora Tatiana Ribeiro Velloso, Doutora Janeide Bispo Santos (examinadores) e, por mim, Doutora Priscila Brasileiro da Silva Nascimento (Orientadora), para examinar o trabalho intitulado: “A Práxis dos Egressos e Egressas da Turma de Agroecologia do PRONERA em Sergipe: Quais as Contribuições Técnico Políticas para a transição Agroecológicas em áreas de Reforma Agrária?”, do Mestrando Felipe Sena e Silva. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando a conclusão que foi APROVADO. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Avaliadora encerrou a reunião da qual eu, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes e encerrada por mim.

Amargosa, 01 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento
(Orientadora)

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
(Membro Interno)



Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos
(Membro Externo)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Felipe de Sena

S586a A práxis dos egressos e egressas da turma de agroecologia do Pronera em Sergipe: quais as contribuições técnico políticas para a transição agroecológica em áreas de reforma agrária? / Felipe Sena Silva. – Amargosa, BA, 2023.
20 f.: il. Color.

Orientador: Prof. Dra. Priscila Brasileiro do Nascimento.
Documentário (Mestrado Profissional em Educação do Campo) -
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de
Professores, 2023.

Bibliografia: p. 19 - 20.

1. Educação do campo. 2. Agroecologia. 3. Trabalhador –
Movimento Sem Terra. I. Nascimento, Priscila Brasileiro, (orient.). II.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 370.19346

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA – CFP/UFRB.

Bibliotecário: Diogo E S Lima (CRB-5/BA-2901)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Educação do Campo

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Título: A PRÁXIS DOS EGRESSOS E EGRESSAS DA TURMA DE AGROECOLOGIA DO PRONERA EM SERGIPE: quais as contribuições técnico políticas para a transição agroecológica em áreas de Reforma Agrária?	
Autor: Felipe de Sena e Silva	
Formato do material didático	Documentário
Classificação do formato no documento da área de Ensino da CAPES	Mídia Educacional
Lócus de produção do projeto e sua localidade	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Campus Amargosa
Local de aplicação do produto	Cyberespaço
Professora orientadora	Profª Drª Priscila Brasileiro do Nascimento
Programa de ensino	Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Educação do Campo
Instituição associada	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Linha de Pesquisa	Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação
Palavras - chave	Questão Agrária, Agroecologia, Educação do Campo e Pronera
Designer do livreto de descrição de construção e aplicação do produto	Felipe de Sena e Silva
Entrevistadas	Egressos do curso de Agroecologia, representante da Rede Sergipana de Agroecologia, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Docente do Instituto Federal de Sergipe e famílias assentadas da Reforma Agrária
Produtor	Felipe de Sena e Silva

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	6
2 Por que estamos falando da Agroecologia?.....	6
2.1 Uma breve caracterização da questão agrária brasileira.....	6
2.2 A Revolução Verde e a Agricultura Moderna.....	7
2.3 A interface entre a Agroecologia e a Educação do Campo.....	9
2.4 Quais as contribuições da Agroecologia para a sociedade e para a natureza?.....	12
3. Metodologia.....	13
3.1 O contexto da pesquisa.....	14
3.2 Entrevistas.....	16
3.3 Tempo de captação de imagens e entrevistas.....	16
3.4 Tempo de produção total.....	16
3.5 Resumo da Metodologia.....	16
4. Por que um documentário?.....	16
5. Aplicação do produto.....	17
6. Resultados esperados.....	18
7. Considerações finais.....	18
Referências Bibliográficas.....	19

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa com a distribuição dos estudantes por municípios.....	15
--	----

Resumo: Diante do atual cenário de crises que vive a humanidade, dentre elas a ambiental, a construção de estratégias de desenvolvimento para o campo, o campesinato e a agricultura, ancorada em bases sustentáveis, aponta o papel e potencial que a Agroecologia possui, entendendo-a como enfoque transdisciplinar que orienta o manejo de agroecossistemas. Na perspectiva de formar profissionais voltados para a área - agroecólogos (as) -, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o Instituto Federal de Sergipe (IFS), iniciou no ano de 2016, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma turma de Agroecologia, voltada prioritariamente para formação e qualificação profissional de jovens camponeses e quilombolas. Neste sentido, o projeto aqui apresentado teve como objetivo geral: analisar a atuação social, política e profissional dos egressos do curso de Agroecologia MST/Pronera em Sergipe, e como objetivos específicos: a) identificar quais as práticas agroecológicas que têm sido utilizadas nas áreas de Reforma Agrária; b) verificar quais os desafios enfrentados na atuação profissional após conclusão do curso; c) delinear a concepção que os egressos possuem da Agroecologia, e d) caracterizar a contribuição dos egressos e egressas para o avanço da pauta agroecológica para dentro do MST. Como parte da proposta da pesquisa foi elaborado um documentário, envolvendo as partes que vão desde à pré produção à pós edição, tendo como etapas: Elaboração do roteiro; Articulação com as entrevistas/os Captação de áudio e vídeo; Minutagem; Decupagem; Edição final.. O documentário está disponível no canal do YouTube, link: https://www.youtube.com/watch?v=85QaV2_vG6w&t=5s ,com o título “Documentário: A PRÁXIS DOS EGRESSOS E EGRESSAS DA TURMA DE AGROECOLOGIA DO PRONERA EM SERGIPE”.

Palavras-chave: Questão Agrária; Agroecologia; Pronera; Educação do Campo; Egressos; MST

Abstract: In light of the current crises facing humanity, including environmental crises, the development of strategies for rural areas, the peasantry, and agriculture, grounded in sustainable foundations, highlights the role and potential of Agroecology. Agroecology is understood as a transdisciplinary approach that guides the management of agroecosystems. With the aim of training professionals in this field—agroecologists—the Landless Workers' Movement (MST), in partnership with the Federal Institute of Sergipe (IFS), launched an Agroecology course in 2016, through the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronera). This course primarily focuses on the education and professional qualification of young peasants and quilombolas. The general objective of the project presented here was to analyze the social, political, and professional actions of the graduates of the MST/Pronera Agroecology course in Sergipe. The specific objectives were: a) to identify which agroecological practices have been used in Agrarian Reform areas; b) to assess the challenges faced in professional practice after completing the course; c) to outline the graduates' conception of Agroecology; and d) to characterize the contribution of the graduates to advancing the agroecological agenda within the MST. As part of the research proposal, a documentary was produced, involving all stages from pre-production to post-editing, with the following steps: Scriptwriting; Coordination of interviews; Audio and video capture; Timing; Breakdown; Final editing. The documentary is available on YouTube at the following link: https://www.youtube.com/watch?v=85QaV2_vG6w&t=5s, titled “Documentary: The Praxis of the Graduates of the Pronera Agroecology Class in Sergipe.”

Keywords: Agrarian Question; Agroecology; Pronera; Rural Education; Graduates; MST

1. Apresentação

Esse documento é parte do trabalho de conclusão de curso de Felipe de Sena e Silva, discente do Programa de Pós Graduação do Mestrado Profissional em Educação do Campo, ofertado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação da Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento, na linha de pesquisa 2 - Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação, com o título de “A PRÁXIS DOS EGRESSOS E EGRESSAS DA TURMA DE AGROECOLOGIA DO PRONERA EM SERGIPE: quais as contribuições técnico políticas para a transição agroecológica em áreas de Reforma Agrária?”. Esse material tem como objetivo apresentar como foi o processo de criação do documentário (do pré-roteiro à pós-edição), e que aborda sobre a experiência educativa vivenciada entre os anos de 2016 e 2020 pelos jovens camponeses e camponesas de áreas de Reforma Agrária de Sergipe, durante sua graduação em Tecnólogo em Agroecologia, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, ofertado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em parceria com o Instituto Federal de Sergipe – IFS, campus São Cristóvão.

2. Por que estamos falando da Agroecologia:?

*“Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo, é purificar o pão!
Amar a terra, e nela botar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente!”
Zé Pinto*

Diante do atual cenário de crises – social, econômica, ambiental e política – em que vive a classe trabalhadora a nível mundial, a construção de uma nova sociedade é imprescindível. O fim da opressão, da apropriação privada da mais valia e das diversas formas de violência e desigualdades se colocam como estratégia central para o fim do sistema capitalista. No contexto camponês, com a investida do agronegócio, da mineração e das barragens sobre os povos originários, comunidades tradicionais e camponeses, dezenas de organizações e movimentos sociais ao longo das décadas tem organizado suas bases para resistir ao modelo predatório da revolução verde, difundida como matriz produtiva.

2.1 Uma breve caracterização da questão agrária brasileira

Com a chegada dos portugueses ao território, financiados pelo nascente capitalismo comercial, houve um conjunto de transformações que modificaram profundamente o modo de produção - o comunismo primitivo – vivido pelos milhões de índios, substituindo-o, através da cooptação e da repressão, por uma lógica de organização da produção de produtos agrícolas (cana de açúcar), conhecida como *plantation*, e pela apropriação dos bens da natureza (minérios – ouro e prata). A consolidação do modelo agroexportador, destinado ao abastecimento da metrópole, utilizou-se da concessão de uso e direito à herança como forma de expropriação/despoliação povos originários das suas terras (Stédile, 2011). A compreensão desse processo histórico no período colonial é fundamental para analisar as consequências negativas deixadas na formação socioeconômica brasileira pela adoção do modelo agroexportador, quais os acontecimentos que determinaram sua crise no final do século XIX.

As primeiras décadas do século XX marcaram uma nova da história econômica do país. No Brasil, o desenvolvimento industrial, ocasionado pela crise do modelo agroexportador e a crise política, entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, marcaram o surgimento do modelo capitalista dependente. (Stédile, 2011). Este modelo de industrialização dependente que se desenvolveu no Brasil nas primeiras décadas do século XX, trouxe também consequências para o campesinato. O fornecimento de mão de obra barata para as indústrias na cidade, a produção de alimentos a preços baixos e de matéria-prima agrícola para o setor industrial foi o que ficou determinado para camponesas e camponeses na divisão social do trabalho (Stédile, 2013).

2.2 A Revolução Verde e a Agricultura Moderna

No campo, as relações técnicas de produção também foram se transformando profundamente. Os avanços tecnológicos já desenvolvidos na agricultura desde o século XIX, com a contribuição de Justus Von Liebig., considerado o idealizador da agricultura industrial e o pioneiro no uso dos fertilizantes sintéticos, abriu as portas para a chegada da Revolução Verde pós 2º guerra mundial em 1945. A Revolução Verde, baseando-se numa perspectiva desenvolvimentista, disseminou um pacote tecnológico com insumos químicos, sementes melhoradas em laboratório, mecanização agrícola e irrigação em grandes extensões de terra, adotando assim uma tecnologia de controle da natureza de base científico industrial (Pereira, 2012). Inicialmente, a Revolução Verde prometeu entregar uma revolução na forma de produzir alimentos e assim acabar com a fome mundial, no

entanto, passados mais de 70 anos, mais de 800 milhões de pessoas ainda vivem nessa condição no mundo.

No Brasil, como estratégia de difusão da Revolução Verde, a partir do golpe militar de 1964, adotou-se uma lógica de modernização da agricultura, que de acordo com Alentejano (2012), tanto se colocava contrária às propostas de Reforma Agrária defendidas pela esquerda, como ampliava a concentração da propriedade, a exploração da terra e a desigualdade no campo brasileiro.

A Revolução Verde estruturou-se nas décadas de 60 e 70 do século XX, impulsionado pelos governos militares, com a implementação de diversas iniciativas para a modernização do campo como estratégia para a adoção dos pacotes tecnológicos, também conhecida como “*Modernização Conservadora*”. De acordo com o Castro (2017), o padrão agrícola consolidado nos anos 1960 e 1970 baseou-se em integração vertical da economia, aumento na produtividade, aproximação da lógica agrícola de produção do padrão de acumulação industrial, reorganização das políticas públicas agrícolas para o eixo do desenvolvimento dos complexos agroindustriais e reforço da presença do estado, como agente modernizador do campo.

A década de 90 representou o surgimento uma nova fase do capitalismo monopolista e imperialista, concentrando toda a produção e acumulação de riquezas na esfera financeira, inclusive a agricultura (Stédile, 2013), e é nesse contexto que a expressão Agronegócio ganha força e espaço político. Segundo Leite e Medeiros,

“o termo foi criado para expressar as relações econômicas, mercantis, financeiras e tecnológicas entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com o setor comercial e de serviços” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.79).

Para Teubal (2008) o agronegócio se constituiu como o domínio do capital financeiro, com uma produção voltada exclusivamente para exportação e com forte tendência à concentração em grandes unidades de exploração. De acordo com Stédile (2013), 85% das terras estão nas mãos dos grandes e médios empresários do agronegócio, e as 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiros controlam toda a produção e o comércio de commodities agrícolas do Brasil. A expansão das estratégias de dominação capitalista – através da acumulação, da centralização e da concentração, vai impactar profundamente a vida do campesinato no Brasil e nos outros países do sul global.

Essas transformações que estão ocorrendo vão causar mudanças nos diversos aspectos: sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais. A investida do capital internacional na busca

de recursos naturais renováveis e não renováveis, como por exemplo o lítio, intensificará o “processo violento de apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios” (ALENTEJANO; EGGER, 2021, p.101). Se houver de fato a consolidação das perspectivas apresentadas pelos ideólogos da quarta revolução industrial, sem dúvida vai haver a continuidade de uma série de conflitos por terra, territórios e recursos naturais.

2.3 A interface entre a Agroecologia e a Educação do Campo

A educação enquanto política pública viveu diferentes momentos na história do Brasil. entre os séculos 16 e 18, ela esteve direcionada quase que exclusivamente para autoridades políticas e religiosas, deixando excluídos do processo etnias indígenas (que diga-se de passagem tinha suas próprias formas de produção e partilha dos conhecimentos adquiridos) e das populações negras trazidas em diáspora na condição de escravizados. Somente no século 19, com a proclamação da república, que a educação foi incluída no texto constitucional, ainda assim perpetuando as condições de exclusão de grande parcela da população, já que entre 1824 e 1891 a educação era destinada quase exclusivamente aos filhos da burguesia agrária.

A educação rural surgiu ainda no reinado de Dom João VI, com o ensino agrícola, e ao longo dos anos se expressou no ruralismo pedagógico como concepção educacional que tem como premissa a fixação do homem no campo a partir da pedagogia com o objetivo de conter o movimento migratório. Esta perspectiva adotada pela educação rural está ligada com o processo de industrialização vivido no país na década de 20 e 30 do século XX, onde subordina a agricultura à indústria. A educação rural “funcionou como uma educação formadora tanto de força de trabalho disciplinada quanto de consumidores de produtos agrícolas, agindo, nesse sentido, para eliminar os saberes acumulados pela experiência do trabalho com a terra” (RIBEIRO, 2010, p.172). Para Mendonça (2009) a educação rural representa uma importação de um modelo hegemônico capitalista que desconsidera/desqualifica os saberes próprios aos trabalhadores rurais, adotando um discurso e um receituário técnico e político dito “moderno”.

A Educação do Campo surge na década de 90 no contexto histórico das lutas dos movimentos sociais populares, desde ainda à década de 40 e 50 com as Ligas Camponesas e seu questionamento quanto à estrutura agrária brasileira e a reivindicação da reforma agrária, além da valorização da vida do campo como parte da luta. Para Molina (2004), a educação do campo se constitui como um novo campo de produção do conhecimento, de área do saber transdisciplinar, pois traz em seu bojo uma reflexão simultânea de diversas áreas do saber, como a Política, A filosofia, a Sociologia, a história, a Agronomia e a Economia. e reforça que os protagonistas da educação do campo, são os sujeitos do campo. Batista (2014) aponta como indispensável conhecer

os princípios teóricos e metodológicos que alicerçam a educação do campo, que são: a formação humana dos sujeitos, compromisso com o projeto popular de campo e de agricultura, a leitura crítica engajada da realidade e a valorização da vida, da cultura e da terra. De acordo com Caldart (2004), a educação do campo se ancora como paradigma educacional baseando-se nas diversas experiências educativas, como a educação socialista, a pedagogia freireana e a pedagogia do movimento.

A luta da educação do campo no Brasil assegurou ao longo dos anos o ordenamento jurídico capaz de contribuir para a efetivação desse direito são eles: o parecer CNE/CEB nº 36/2001, a resolução CNE nº 2/2008, o parecer CNE/CEB nº 1/2006, o decreto nº 7.352/2010 e resolução CNE/CEB nº 4 de 2010. As Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo, de 2001, representam um primeiro avanço constitucional no que se refere à delimitação de diretrizes voltadas à educação do campo

Uma política extremamente importante para as populações camponesas foi o Pronera, criado pela portaria nº 10/98, do já extinto Ministério Extraordinário da Política Fundiária, com o objetivo “de proporcionar educação aos jovens e adultos assentados em comunidades rurais mediante processos de reforma agrária” (ANDRADE; PIERRO, 2004, p. 22). O Pronera compreende um conjunto de ações que vai desde a alfabetização de jovens e adultos até a formação de nível, adotando metodologias e materiais didáticos contextualizados com as diferentes realidades do campo brasileiro (ANDRADE; PIERRO, 2004). No Dossiê Educação do Campo: documentos 1998 - 2018, no artigo referente ao III Seminário Nacional do Pronera, se faz o balanço político dos dez anos do programa, e assim fica perceptível contribuição que ele tem dado na formação dos sujeitos do campo; ao longo desses anos mais de 400 pessoas, das diversas idades, regiões, tiveram oportunidade de acesso à escolarização e a formação.

O campesinato e a agricultura camponesa em seu papel histórico, tem como tarefa histórica fazer uma contraposição à artificialização da comida, assegurando bases científicas que se alinhem com o propósito da ciência agroecológica, e sem dúvida, as escolas do campo também cumprem um importante contribuição político e pedagógica. Batista (2014) também afirma que apesar dos inúmeros avanços no que se refere ao direito à educação do campo, os currículos e práticas pedagógicas não atendem aos princípios da educação do campo.

Uma das maiores expoentes da Agroecologia, Ana Primavesi, em seu livro *A biocenose do solo na produção vegetal* (2018), aponta os pilares da concepção da ciência agroecológica, dando destaque a sua crítica contundente à agricultura moderna, que desconsidera a vida do solo e o entrosamento entre os processos físicos, químicos e biológicos. Ela também acrescenta que o erro

em querer tratar o solo apenas como um “suporte”, onde os diversos fatores de produção são analisados isoladamente, foi o que causou um conjunto de problemas. Outro pioneiro da agroecologia, o agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado (2017) também reforça a concepção que a agroecologia é um método, um processo de produção agrícola - animal e vegetal - que resgata os saberes e conhecimentos que foram destruídos pela agricultura moderna nos últimos 50 anos. A agricultura moderna caracteriza-se pela adoção de técnicas de manejo do solo, uso de irrigação nas lavouras, adoção das monoculturas, manipulação do genoma de plantas e o controle químico de pragas e ervas adventícias (popularmente conhecido como uso de agrotóxico!) (GLIESSMAN, 2000) .

A denúncia aos malefícios causados pela revolução verde também são destacados por outros pesquisadores e pesquisadoras, como por exemplo Stephen Gliessman em seu livro *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*, onde exemplifica os impactos negativos causados pela agricultura moderna à natureza (solo, fauna, flora, recursos genéticos etc), e aponta que para a ruptura desse modelo produtivo hegemônico - alicerçado na dependência de combustíveis fósseis não renováveis, é fundamental adotar conceitos e princípios ecológicos no desenho de *Agroecossistemas sustentáveis*.

Para Altieri (2012), a Agroecologia pode ser entendida como uma ciência que extrapola a visão unidimensional dos agroecossistemas, caminhando para um estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sendo assim, a Agroecologia tanto se fundamenta como matriz técnico científica - apropriada às especificidades locais, como “compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 64), na construção um projeto popular de campo e de agricultura. Em concordância com a concepção de Altieri, Gliessman (2000) entende a agroecologia como o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas, sendo ela capaz de fazer mudanças sociais e ecológicas a fim de levar a agricultura para uma base sustentável.

De acordo com Altieri (2012), a Agroecologia pode ser entendida como uma ciência que extrapola a visão unidimensional dos agroecossistemas, caminhando para um estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Tal perspectiva baseia-se no estabelecimento de estratégias capazes de impulsionar outros tipos de desenvolvimento rural de agriculturas mais sustentáveis, considerando as dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade (CAPORAL e COSTABEBER, 2009).

Para Caldart (2017) a agroecologia se desenvolveu como matriz tecnológica e como ciência a partir da relação entre camponeses e pesquisadores e na diversidade dos conhecimentos que foram construídos/sistematizados pela agricultura camponesa em diferentes épocas e lugares do mundo. Sendo assim, a Agroecologia tanto se fundamenta como matriz técnico científica - apropriada às especificidades locais, como “compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 64).

Para o campo brasileiro existem diversas possibilidades de futuro ainda abertas, a serem escritas na luta de classes que se acirraram (e se arrastará ao longo das décadas). “Esse interesse estrangeiro nas terras brasileiras incide no controle sobre as terras, recurso natural, genético e energético central na disputa geopolíticas após 2008” (ALENTEJANO; EGGER, 2021, p.100), e colocará a necessidade do camponês “lutar para defender as suas relações sociais e de produção e conquistar o seu espaço na vida política do nosso país, ao mesmo tempo em que se constitui enquanto classe”, como afirma Bogo (2010, p. 144). A disputa geopolítica internacional, a adoção de políticas neoliberais pelos estados nacionais e o avanço dos conglomerados transnacionais sobre a vida precisa ser combatido pelos camponeses e camponesas na perspectiva de construir com soberania alimentar e poder popular.

É em contraposição a esse modelo hegemônico, que em todo o mundo redes, fóruns, articulações, frentes de luta vem organizando-se e pautando a Agroecologia como bandeira de luta e fazendo enfrentamento direto ao capital. Internacionalmente, a Via Campesina se destaca pela força política e articulação em defesa do campesinato. A Via Campesina nasce na década de 90, e se apresenta como um movimento social transnacional presente em 80 países do mundo, na África, Ásia, Europa, Oriente Médio e América, e inclui organizações de camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais, sem terra, povos indígenas, pastores nômades, mulheres rurais, jovens rurais. A Via Campesina representa mais de 200 milhões de famílias em todo o continente, sendo a principal força que existe em âmbito global para organizar a luta e enfrentar o capital e sua devastação no campo. A construção da agroecologia enquanto ciência parte de pressupostos de uma racionalidade não cartesiana, alicerçada em concepções dialéticas, colocando em destaque as contradições do modo de produção capitalismo e de seu projeto político para o campo e para a agricultura.

2.4 Quais as contribuições da Agroecologia para a sociedade e para a natureza?

1. AGROECOLOGIA TRABALHA PELO RESPEITO E O CUIDADO A MÃE TERRA;

2. *AGROECOLOGIA SE PROPÕE A PRODUZIR SEM AGROTÓXICOS PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS E CUIDAR DA SAÚDE DOS SERES HUMANOS E DA NATUREZA;*
3. *AGROECOLOGIA CONSTRÓI O MODELO DE PRODUÇÃO COERENTE COM A LUTA E COM DISCURSO DO MOVIMENTO CAMPONÊS;*
4. *AGROECOLOGIA É UM COMPONENTE ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR;*
5. *AGROECOLOGIA PERMITE SER MAIS RESILIENTE DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PRODUZIR COM MENOS ÁGUA E AJUDAR A ESFRIAR O PLANETA;*
6. *AGROECOLOGIA ENFRENTA DIRETAMENTE O CAPITAL NO CAMPO AGROECOLOGIA RESPONDE É UMA FORTE DEMANDA A PARTIR DAS MULHERES E DA JUVENTUDE;*
7. *AGROECOLOGIA REDUZ A DEPENDÊNCIA DO CRÉDITO DOS INSUMOS COMPRADOS REDUZ OS CUSTOS DE PRODUÇÃO E O INDIVIDUALMENTE E MELHORA O LUCRO LÍQUIDO DA PRODUÇÃO;*
8. *AGROECOLOGIA CONSTRÓI AUTONOMIA EM RELAÇÃO ÀS FORÇAS DO MERCADO;*
9. *AGROECOLOGIA BUSCA RECONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DO CAMPO UMA CULTURA DE RESISTÊNCIA DE LUTA E DE AUTONOMIA*
10. *AGROECOLOGIA REDUZ A ROTINA NO TRABALHO AGRÍCOLA REFORÇA O USO DA INTELIGÊNCIA E A CRIATIVIDADE E CRIA UM AMBIENTE MAIS AGRADÁVEL DE TRABALHO NA AGRICULTURA;*
11. *AGROECOLOGIA ATACA FRONTALMENTE O PESO DO PATRIARCADO DENTRO DA FAMÍLIA CAMPONESA.*

3. Metodologia

“Cada pessoa que eduquemos deve ser útil à causa da classe (trabalhadora)”

3.1 O contexto da pesquisa

Essa pesquisa foi motivada por um forte sentimento de esperança na luta camponesa, e de profunda certeza na contribuição que a agroecologia pode dar para a sociedade. Quando a ciência agroecológica for compreendida na sua totalidade, e, bem como quando for incorporada pela sociedade como a matriz produtiva, ela alcançará as condições concretas para construção de sistemas de produção e de (re)existência, pautadas por princípios ecológicos e sustentáveis.

Esse projeto tem como objetivo geral analisar a atuação social, política e profissional dos egressos do curso de Agroecologia MST/Pronera em Sergipe, e como objetivos específicos: a) identificar quais as práticas agroecológicas que têm sido utilizadas nas áreas de Reforma Agrária; b) verificar quais os desafios enfrentados na atuação profissional após conclusão do curso; c) delinear a concepção que os egressos possuem da Agroecologia, e d) caracterizar a contribuição dos egressos e egressas para o avanço da pauta agroecológica para dentro do MST.

A minha escolha de pesquisa se deu pelo fato da Turma Egídio Brunetto ter sido a terceira turma de Agroecologia a nível nacional, organizada pelo MST em articulação com IES e o Incra. A turma foi constituída inicialmente com 55 estudantes selecionados/as via vestibular, sendo 53 pessoas vinculados ao MST Sergipe (das diversas regiões do Estado de Sergipe – metropolitana, sul, sertão e agreste), um (01) educando do Estado de Alagoas e (02) dois estudantes do Movimento Quilombola de Sergipe. Do início da turma em 2016, até sua finalização em 2020, ocorreu a desistência de 22 estudantes, por vários motivos, desde pouca identificação com o curso e proposta metodológica, opção por outros cursos, vínculo de trabalho até problemas de saúde na família.

O Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia já existe desde 2009 no IFS, com duração de 3,5 anos (três anos e seis meses), com carga horária de 2.445 horas, sendo 1.490 teóricas e 655 práticas, ofertada nos períodos matutino e vespertino. O curso foi desenvolvido no Centro de Formação no Assentamento Moacir Wanderlei – Quissamã, por reunir as características necessárias a proposta metodologia e da educação do campo, sendo seu princípio fundamental o vínculo e a vivência dos educandos em seu espaço real.

Por adotar uma proposta educativa diferente da escola capitalista burguesa, a matriz pedagógica assumida supõe o envolvimento prático e reflexivo de todas as pessoas nos processos de gestão, trabalho, estudo, pesquisa e convivência, construindo a coletividade escolar. A organização de tempos educativos visa contribuir no processo de organização e auto-organização dos educandos

e educandas. É um exercício de aprender a organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo em relação às tarefas necessárias aos objetivos do curso. Os tempos educativos adotados foram: Tempo formatura, Tempo aula, tempo trabalho, tempo núcleo de base, tempo atividade cultural e tempo atividade física.

Além dos tempos educativos, a turma Egídio Brunetto adotou as equipes como espaços de envolvimento coletivo e distribuição de tarefas em coletivo, demanda pela turma ou coordenação, que tem como objetivo o resgate do trabalho cooperado em benefício do próprio grupo, as mesmas são compostas por cada um membro dos núcleos de base, que planeja e distribui as ações entre todos. O princípio é a participação coletiva. As equipes definidas ao longo dos anos de curso foram: saúde, esporte / cultura / lazer, finanças, infraestrutura, comunicação e ciranda infantil.

Para facilitar o trabalho dos estudantes e apoio da monitoria, as atividades foram organizadas por territórios: Sul, Norte/ Baixo São Francisco, Norte, Agreste e metropolitana e Sertão (Figura 1).

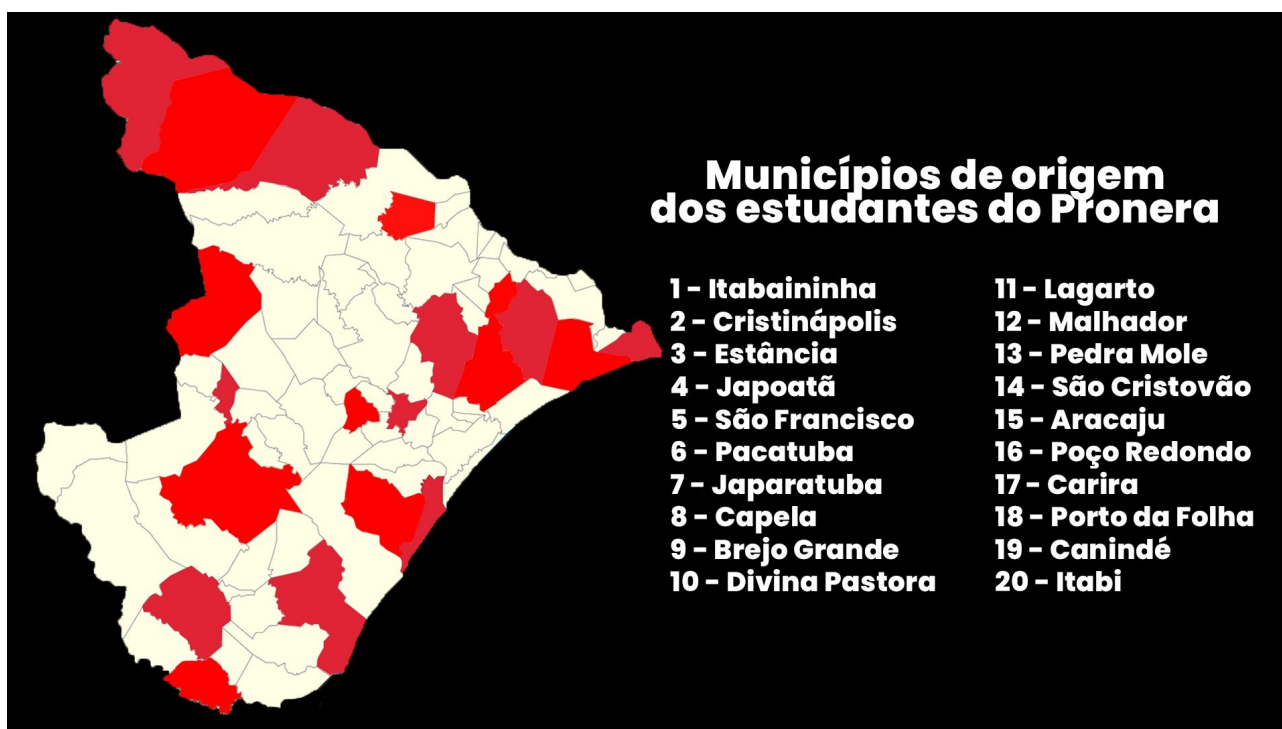


Figura 1: Mapa com a distribuição dos estudantes por municípios.

Para a produção do documentário foi utilizada a estratégia para captação de áudio e vídeo, o *Diário Virtual*¹, tanto para registrar todos os momentos das entrevistas, como para a captação das imagens de apoio para a construção do documentário. As pessoas entrevistadas localizavam-se espalhadas pelo estado de Sergipe, em regiões e municípios diferentes. As entrevistas ocorrem nas

1 O Diário Virtual foi um termo utilizado que adaptei para explicar de que forma vou fazer a coleta de dados (sons e imagens) em campo, deixando a câmera ligada a todo momento, utilizando esses dados na edição do documentário. Semelhante ao caderno de campo, o diário virtual buscou captar elementos que não aparecem quando as câmeras estão ligadas.

cidades de Aracaju, Estância, Malhador e São Cristóvão, entre espaços públicos (Universidade Federal de Sergipe) e espaços privados (casas e assentamentos de Reforma Agrária – 17 de Abril e Dandara).

3.2 Entrevistas

- 1) Maria Rosa do Carmo Oliveira - Setor de Educação do MST;
- 2) Gileno Damascena Silva - Ex-Direção Nacional do MST e assentado da R.A;
- 3) Cristineide Ávila - Egressa da curso de Agroecologia e assentada da R.A;
- 4) Eliane Dalmora - Ex-coordenadora do curso e professora do IFS;
- 5) Elenildes Paixão Amado - Mãe de Marize e assentada da R.A;
- 6) Marize Paixão Souza - Egressa da curso de Agroecologia e assentada da R.A;
- 7) Maria José dos Santos - Egressa da curso de Agroecologia e assentada da R.A.

3.3 Tempo de captação de imagens e entrevistas

- Julho de 2023

3.4 Tempo de produção total

Entre as etapas de planejamento, elaboração de roteiro, contato com entrevistados, captação de áudio e vídeo e edição: 6 meses

3.5 Resumo da Metodologia

- Pesquisa, resultados, relatório final;
- Planejamento, construção do roteiro e contratação de editor ;
- Gravação de imagens de apoio
- Gravação das entrevistas;
- Minutagem- corte das falas para usar no documentário;
- Edição;
- Versão 1;
- Ajustes:
- Versão final.

4. Por que um documentário?

O documentário como opção de produto tecnológico para a conclusão do mestrado emerge de uma inquietação do pesquisador: **Como tratar uma questão tão ampla e complexa, de maneira que ela sirva de lição para os sujeitos envolvidos?**

Algumas questões foram base de reflexão para a tomada de decisão:

- a) ser extremamente atual nesta nova fase da tecnologia da informação e da comunicação;
- b) o documentário, pela difusão da informação diferentes veículos de comunicação, tem fácil acessibilidade para os diferentes públicos;
- c) possui uma linguagem que possibilita a compreensão de todos que assistem; e
- d) consegue traduzir temáticas mais complexas com uma abordagem direta e fácil.

Sendo assim, esse produto tem como objetivo ser um material audiovisual que contribua para que os Movimentos Sociais e as Organizações Populares, que atuam no campo brasileiro, e possam apreender aprendizados políticos, pedagógicos e institucionais e assim avançar na pauta da Educação do Campo e nas outras políticas públicas voltadas para o campesinato.

O documentário possibilita a inserção do sujeito no processo de produção imagética e de sentido do roteiro, pois é a partir de sua participação que elementos são problematizados e refletidos. Este material, da forma como ele vem sendo pensado, pretende ajudar o MST no avanço institucional, pois com a reflexão acerca dos problemas que foram enfrentados ao decorrer do curso de Agroecologia, lições, aprendizados e novas formulações contribuirão para que o MST avance na construção e na oferta de novos cursos pelo Pronera.

Os desafios enfrentados para a realização do documentário foram vários, desde a criação do primeiro roteiro até a edição final. Questões relacionadas à estrutura, articulação política e produção do material sempre fazem parte do processo de criação. O alcance da produção do documentário tem diversas variantes que a influenciam, para tanto utilizei de forma coordenada estratégias para que o material possa chegar às pessoas envolvidas direta e indiretamente, além de interessadas na temática que possam fazer uso político e pedagógico do material. É importante destacar que a circulação de materiais dessa natureza, vão se deparar com barreiras tecnológicas - desde o algoritmo utilizado pelas redes sociais na divulgação dos materiais, até o grau de apropriação tecnológica dos sujeitos que receberão o material.

5. Aplicação do produto

A circulação do documentário no cyberspaço é de fundamental importância para que ele alcance seu objetivo, e ocorrerá de diversas formas, desde a utilização de canais no Youtube, o site do mestrado, nas redes sociais do MST Sergipe, na relação direta com pessoas que estudam a

temática ou possuem afinidade com a Agroecologia, para que os mesmos também possam divulgar nas suas redes sociais e com outras pessoas e organizações e por fim, em outros canais e veículos de comunicação vinculados à luta pela Agroecologia e a Educação do Campo.

Esse documentário, na forma como foi estruturado e produzido, pode oportunizar contribuições pedagógicas, tendo em vista que ele pode ser utilizado como recurso didático (em espaços escolares e não escolares) para introduzir temáticas relacionadas aos diversos temas, como Questão Agrária, Agroecologia, Educação do Campo e Pronera. As diversas abordagens adotadas nas entrevistas, levando em consideração o papel político que cada sujeito possui no processo, possibilita que essa produção audiovisual estabeleça interface com outros debates estratégicos.

6. Resultados esperados

A realização desse documentário pretende contribuir em diversos aspectos (institucionais, pedagógicos e políticos) para a formação, organização e luta do MST em defesa da Reforma Agrária e da Agroecologia, apontando possíveis reflexões e aprendizados a serem internalizados na reformulação, implantação e execução de cursos do Pronera. Para além disso, como este documentário pode apresentar para a sociedade a contribuição que a agroecologia na construção de agroecossistemas sustentáveis, e que estejam articulados com uma estratégia política de construção de um Projeto Popular de Agricultura, de Campesinato e de Campo, pautando-se pelo fortalecimento de modos de vida sustentáveis, apropriado às diferentes realidades e contextos socioambientais.

7. Considerações finais

A consolidação da agroecologia como matriz produtiva é de extrema importância para toda a sociedade. A produção de alimentos saudáveis, a descontaminação dos solos, da água e do ar, a não artificialização da natureza pelo uso dos transgênicos, a preservação dos biomas e agrobiodiversidade são alguns dos benefícios ambientais obtidos pela adoção das práticas agroecológicas. Além da dimensão ambiental, seria possível também elencar elementos relacionados aos aspectos sociais, econômicos, éticos, políticas etc. Ainda assim, essa transformação necessita perpassar pela concepção educativa que se tem hoje internalizada nos diversos campos científicos. Sendo assim, a Educação do Campo como concepção educacional contra hegemônica, garante uma interface com a ciência agroecológica, construindo aportes teóricos

e metodológicos que possibilitam a organização da luta camponesa, na construção de um projeto popular de agricultura e de campo.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; EGGER, Daniela da Silva. Agronegócio In **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Organizado por Alexandre Passos Dias, Anakelia de Barros Stauffer, Luiz Henrique Gomes de Moura, Maria Cristina Vargas. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021.
- ALTIERI, Miguel. **As bases científicas da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo :Ação Educativa, 2004
- BATISTA, M. S. X. **Da Luta às Políticas de Educação do Campo: Caracterização da Educação e da Escola do Campo** – EPENN, 2014.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, 2000
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, R. **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonildo Servolo de. Agronegócio. In: ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 79 – 85
- MOLINA, M. C. JESUS, S. M. A. **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa de Educação na Reforma Agrária**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, R. **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PRIMAVESI, A. **A biocenose do solo na produção vegetal & Deficiências minerais em culturas, nutrição e produção vegetal**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.. Cartilha da terra

STÉDILE, João Pedro. Introdução. In. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 a 1960**. Organizado por João Pedro Stédile e Douglas Estevam (assistente de pesquisa). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do Capital na Agricultura. In. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. Organizado por João Pedro Stédile e Douglas Estevam (assistente de pesquisa). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular; 2012. p. 295-301.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês: trabalho e educação**. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In. PAULINO, Eliane Tomiasi Paulino; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Unesp Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.